

PLANO PARTICIPATIVO DE DESENVOLVIMENTO DO PROJETO DE ASSENTAMENTO AGROEXTRATIVISTA SANTANA – Polo Santana.



Ponta de Pedras – Marajó – Pará
Abril -2015

Dados Gerais

Projeto

ATER-Marajó – Chamada Pública 01/2013 – INCRA SEDE

Ano 2013 – Lote 19

Realização

Instituto Peabiru

Diretor

João Meirelles Filho

Equipe Técnica e de campo

Thiara Fernandes

Rosemiro Rodrigues

Paula Vanessa Silva

Ana Rachel Broni

Ediana Tavares

Elvesson Ferreira

Gilberto Azevedo

Gilberto Oliveira

Elaine Gouvêa

Pedro Santos

Estagiárias

Karlla Tavares

Thaíssa Oliveira

Elaboração do documento

Thiara Fernandes

SUMÁRIO

DADOS GERAIS	2
1. INTRODUÇÃO	4
2. DESCRIÇÃO METODOLÓGICA	4
3. RESULTADOS ALCANÇADOS	6
3.1. ORGANIZAÇÃO SOCIAL	6
3.2. PROJETO DE DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES PRODUTIVAS	11
3.3. COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS	15
4. AVALIAÇÃO DA OFICINA	17
5. CONCLUSÃO	17
6. REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS	18

1. INTRODUÇÃO

Neste documento são apresentados os resultados da construção parcial do Plano Participativo do Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE) Santana, localizado no município de Ponta de Pedras – Marajó - Pará. A atividade faz parte das ações previstas na Chamada Pública 01/2013 INCRA Sede, Lote 19 (Ponta de Pedras e Cachoeira do Ararí) para Projetos de Assentamento Agroextrativistas.

A chamada tem como objetivo implantar atividades produtivas sustentáveis, familiares e coletivas, assim como processos de comercialização, visando à segurança alimentar, a inclusão produtiva e social das famílias beneficiárias da reforma agrária, especialmente de mulheres e jovens, e o incremento da renda.

A primeira etapa deste processo foram as **Visitas para diagnóstico da unidade familiar** (atividade 1.2), realizada em dezembro de 2014, que consistiam na aplicação de questionários às famílias assentadas, os quais abordaram aspectos econômicos, sociais, ambientais e produtivos. A segunda constituiu-se na **Elaboração de diagnóstico das atividades produtivas e dos empreendimentos familiares e/ou coletivos das comunidades beneficiárias** (atividade 1.3). A partir da análise das informações obtidas com DRP, foi construído o **Plano Participativo** (2.1), o qual é constituído das seguintes partes:

- Plano de organização social;
- Projeto de Desenvolvimento da Atividade Produtiva e/ou Projeto de Desenvolvimento do Empreendimento;
- Plano de Comercialização;

Cada item do Plano Participativo tem como foco definir ações de curto, médio e longo prazo, visando à qualificação da produção, comercialização, infraestrutura, gestão comunitária, organização social, recuperação, regularização e licenciamento do uso dos recursos naturais, realização de simulações de composição de atividades agroextrativistas e não agroextrativistas. Foi discutido de acordo com a metodologia descrita no item a seguir.

2. DESCRIÇÃO METODOLÓGICA

A realização do Plano Participativo seguiu as orientações básicas da Chamada Pública de ATER, a qual prevê uma oficina de três dias, 24h. Para cada dia de trabalho foi proposto que assentados

discutissem, respectivamente, os seguintes temas: a) plano da organização social; b) projeto de desenvolvimento produtivo; e c) plano de comercialização.

Devido o tamanho do PAE e distribuição geográfica das comunidades, foram realizados dois planos participativos, no intuito de abranger maior diversidade de informações. Na primeira etapa, a atividade foi realizada com as famílias das comunidades Rio Fábrica, Laranjeira e Porto Santo. Na segunda etapa, descrita neste documento, atividade foi realizada com as famílias das comunidades Tartarugueiro, Santana, Crairu, Guajará e Santa Maria.

Para contextualizar a discussão e construção dos planos, foi realizada a socialização das informações levantadas no DRP, identificando-se também os gargalos da organização social, atividades produtivas e comercialização no PAE.

Após a socialização, para auxiliar na construção do Plano Participativo, a equipe de moderadores baseou-se na metodologia utilizada na construção do Plano de Desenvolvimento da Vila dos Palmares, do *Projeto Agenda 21*, desenvolvido pelo Instituto Peabiru no período de fevereiro de 2009 a maio de 2014, na Vila dos Palmares, município de Moju – PA, na qual foram identificadas, a partir de um diagnóstico, as principais demandas da comunidade e assim, foram propostos encaminhamentos para cada demanda.

Como norteador da metodologia, foram utilizadas as perguntas do quadro a seguir, direcionadas a cada problema identificadas no DRP, construindo assim encaminhamentos de curto, médio e longo prazo.

Problemas identificados	O que precisamos fazer para resolver?	O que podemos resolver agora?	O precisamos da ajuda de fora?	Responsável da comunidade?	Órgãos competentes?
--------------------------------	--	--------------------------------------	---------------------------------------	-----------------------------------	----------------------------

Durante a atividade fez-se uso da abordagem participativa, a qual é utilizada em diferentes projetos desenvolvidos pelo Instituto Peabiru, com intuito de assegurar o envolvimento dos integrantes na atividade e nas ferramentas propostas, pois permite ao pesquisador responder perguntas sobre *que* tipo de conhecimento se quer e necessita, a *quem* se dirige e *quem* vai dele se beneficiar (GOMES, 2001).

Para desenvolver cada tema e construir os planos, a equipe de moderadores fez a socialização dos resultados do DRP e em seguida identificou os principais problemas relacionados à organização social, atividades produtivas e comercialização da produção, os quais são o foco desta atividade.

Cada demanda/problema identificado foi anotado em folhas de papel 40kg e distribuídos entre os assentados, os quais foram divididos em grupos de 3 a 5 pessoas para discutir as questões específicas. O resultado da dinâmica foi socializado com os demais participantes da oficina e abriu-se espaço para debater as proposições do grupo. Além disso, durante a atividade, alguns acordos e encaminhamentos já foram feitos, a fim de solucionar as demandas de curto prazo.

Para sistematização as informações, neste documento, utilizaremos o seguinte formato:

Demandas	Justificativa	ENCAMINHAMENTOS		
		Quais são as ações necessárias para que esta demanda seja solucionada?	Quem deve realizar estas ações?	Como estas ações devem ser realizadas?

3. RESULTADOS ALCANÇADOS

O resultado das dinâmicas de grupo realizadas com os assentados é apresentado a seguir em tópicos, de acordo com o proposto na chama pública para construção do Plano Participativo.

3.1. ORGANIZAÇÃO SOCIAL

A do DRP, os assentados discutiram quais encaminhamentos seriam dados para problemas identificados em relação a Organização Social, conforme o quadro a seguir (tabela 1).

Não apenas as questões diretamente relacionadas a organização foram tratadas, outras mais gerais como educação, saúde, infraestrutura, também foram citadas, já que entende-se que a associação é a instituição representativa de todos os anseios da população e deve garantir sua representatividade.

Tabela 1: Plano da Organização Social.

PROBLEMAS IDENTIFICADOS	JUSTIFICATIVA	ENCAMINHAMENTOS		
		QUAIS SÃO AS AÇÕES NECESSÁRIAS PARA QUE ESTA DEMANDA SEJA SOLUCIONADA?	QUEM DEVE REALIZAR ESTAS AÇÕES?	COMO ESTAS AÇÕES DEVEM SER REALIZADAS?
Falta de conhecimento sobre organização social (associativismo e cooperativismo).	A maioria dos assentados só relacionam a organização social como meio de acesso à benefícios de políticas sociais (aposentadoria, seguro defeso e bolsas).	<ul style="list-style-type: none"> - Capacitação sobre associativismo e cooperativismo. - Intercâmbio de experiências com atores envolvidos em outros projetos do Instituto Peabiru que envolve Organização social (Viva Pesca). 	Instituto Peabiru; Associações locais e Assentados.	<ul style="list-style-type: none"> - Oficina de Fortalecimento Organizacional; - intercambio de experiências; - Reuniões para realização de prestação de contas; socialização de atividades; - reunião da associação com os sócios para tratar as demandas locais.
	Falta de conhecimento sobre o objetivo e o estatuto da associação local.	<ul style="list-style-type: none"> - Reunião para discutir/apresentar o estatuto da associação, o papel da diretoria e dos associados na mesma. 		
	Baixa participação dos sócios nas reuniões das associações.	<ul style="list-style-type: none"> - A diretoria da associação deve compartilhar as ações que trouxeram benefícios para os sócios, afim de motivacionar a participação dos membros; - Obter informações sobre os benefícios que podem ser obtidos, por meio da organização social. -Fazer com que os sócios sejam mais proativos em relação às atividades da associação. - O grupo destaca que precisam se unir para discutir os assuntos e os problemas da comunidade; por falta de reuniões eles deixam de saber seus direitos e deveres. 		

Falta de credibilidade nos órgão/instituições atuantes no local.	Já ouve muita intervenção de organizações externas e a maioria não teve resultado positivo.	- Pedir recadastramento para o INCRA para que as pessoas que não estão presentes na comunidade, ou seja, que não moram mais no local; - Informar às pessoas sobre o seu papel e o papel de cada organização, para que entendam que deve haver a fiscalização e autonomia da população nas relações com instituições externas.		- fomentar a participação dos beneficiários nas reuniões.
Abastecimento de Água.	Há estrutura para abastecimento de água, no entanto, não atende a maioria das famílias. O abastecimento de água precisa melhorar aumentando o tamanho do reservatório de água e expandindo o atendimento para toda a comunidade, além de tratamento da água.	Solicitar demanda ao INCRA e Prefeitura – Secretaria de Obras – do município.	Instituto Peabiru Associações locais (comunidades: Tartarugueiro e Santana)	Encaminhar solicitação, via ofício, ao INCRA e prefeitura do município de Ponta de Pedras, secretaria de obras, solicitando a ampliação do sistema de abastecimento.
Energia elétrica – luz para todos.	Poucas famílias recebem energia elétrica pública, a maioria, que não recebe, gasta, em média R\$400,00/mês, na compra de gelo para manter os alimentos refrigerados.	Solicitar demanda ao INCRA e Prefeitura do município. Abaixo assinado com todos os moradores tanto da comunidade Santana quanto Tartarugueiro pedindo energia elétrica.		Encaminhar solicitação, via ofício, ao INCRA e prefeitura do município de Ponta de Pedras, solicitando acesso ao programa Luz para Todos.
- Acesso a políticas públicas: crédito habitação.	- Há no PAE assentados que assinaram papéis para receber o fomento inicial do crédito habitação,	- Identificar onde está o processo de solicitação de casas para o INCRA. - Caso não exista esse processo ou não saiba o numero do protocolo, teremos que fazer o	Associações locais, Instituto	- Encaminhar um ofício ao INCRA solicitando informações sobre o andamento do processo com cópia ao Ministério Público.

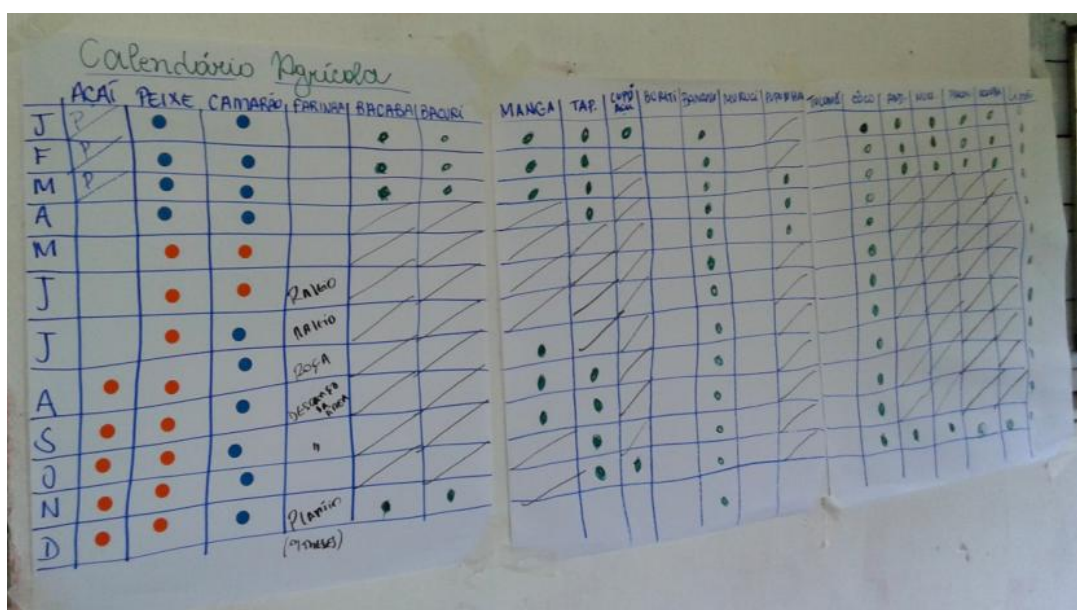
	entretanto, parte dos mesmos não tiveram a casa construída e outras ficaram com inacabada. Há um processo tramitando no MPF.	levantamento das pessoas que não receberam a casa ou tem a casa pela metade.	Peabiru e INCRA.	
Educação	Informaram que falta professores e os professores chegam na segunda e voltam na sexta, havendo aula de terça a quinta. Falta profissionais capacitados para resolver os conflitos, não há orientador, inspetor e coordenador pedagógico, sobrecarregando o professor com todas as funções.	Solicitar a prefeitura do município o aumento do quadro de profissionais e a garantia de educação de qualidade.	Associação local Instituto Peabiru	Encaminhar breve diagnostico da situação e solicitar melhorias. Identificar políticas para educação e possibilidade de acesso.
PRONERA	Durante a reunião foi identificado que há demanda para formação técnica e superior.	Construir lista com nome dos jovem, moradores locais, com interesse.		Com a lista construída, feita por associados, a equipe do Peabiru deve encaminhar solicitação a equipe do PRONERA. E, então acompanhar o andamento da solicitação.
SENAR e SENAI	Os jovens e mulheres tem interesse em acessar capacitações profissionalizantes oferecidas pelo SENAR e SENAI.	Entrar em contato com o SENAR e SENAI, escolher curso de interesse e solicitar do órgão a aplicação do curso.	Associações locais e Instituto Peabiru	Equipe do Peabiru apresenta os cursos disponíveis a associações, estas identificam público e curso de interesse. Peabiru e associação solicitam oferta de curso ao SENAR e SENAI.

Turismo	Alguns moradores já fizeram curso de capacitação sobre o tema e entendem que esta poderia ser uma forma de geração de renda local, principalmente para as mulheres e jovens.	Identificar como potencializar esta demanda a partir de financiamento externo para o tema.		Equipe do Peabiru junto com representantes da associação devem identificar possibilidades de desenvolvimento desta atividade.
Moto Taxi	A atuação dos mototaxi é problemática pois não há regras locais e as leis de trânsito, em muitos casos, não se aplicam a realidade.	Deve haver uma reunião para criar regras locais.	Associações locais e população.	A associação deve chamar uma reunião para discutir o tema e construir, junto com a população e os mototaxistas, regras de trânsito para o local.

3.2. PROJETO DE DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES PRODUTIVAS

Para desenvolver o projeto produtivo, foi apresentado o calendário agrícola construído com informações obtidas no DRP (figura 1). Entretanto, foram discutidas ações para as atividades consideradas como principais, tanto para renda quanto para garantia da segurança alimentar, as quais são, respectivamente, açaí, peixe, roça e camarão.

Figura 1: Calendário agrícola.



Foram identificados os principais problemas destas atividades, no intuito de propor intervenções a partir das ações previstas no projeto ATER, assim como, ações e/ou mudanças de hábito dos próprios usuários dos recursos naturais, conforme podem ser observados no quadro a seguir (Tabela 2).

Observou-se que há grande interesse dos assentados em obter informações para a melhoria da produção do açaí, visto que existem problemas, como a seca dos frutos, que são comuns nas comunidades que compõem o PAE, o qual prejudica a produtividade. Também foi demandado dos assentados, informações sobre a utilização de abelhas para favorecer a polinização e aumento da produtividade dos cachos de açaí e de outras frutíferas.

Em relação ao camarão e ao peixe, as famílias entendem que alguns dos problemas identificados, podem ser mitigados com a troca dos apetrechos de pesca (malha da rede e tipo de matapí), e com o comprimento da legislação (no caso do peixe). Foi destacado também que o benefício do seguro defeso, há muitos anos chega às famílias com atraso, muitas vezes só é disponibilizado quando a pesca abre novamente, fazendo com que as famílias realizem a pesca no período de reprodução das espécies.

Outro ponto citado pelos beneficiários esteve relacionado ao uso dos recursos vegetais e dos produtos da roça. Os moradores informaram que no passado as famílias potencializavam o uso dos recursos, beneficiando as frutas, transformando em “vinho¹”, principalmente o miriti e tucumã e usando as folhas, o tucupi e a crueira, derivados da produção de farinha de mandioca. No entanto, hoje esses produtos não são usados, as famílias perderam o costume, portanto, descartam o produto, que é rico para nutrição da famílias, segurança alimentar, e mesmo para comercialização.

¹ Esse termo é usado, principalmente, para uso de frutíferas das palmeiras (miriti, bacaba, tucumã, etc). a produção do vinho é a transformação da fruta em suco.

Tabela 2: Projeto de desenvolvimento das atividades produtivas.

	PROBLEMAS IDENTIFICADOS	JUSTIFICATIVA	ENCAMINHAMENTOS		
			QUAIS SÃO AS AÇÕES NECESSÁRIAS PARA QUE ESTA DEMANDA SEJA SOLUCIONADA?	QUEM DEVE REALIZAR ESTAS AÇÕES?	COMO ESTAS AÇÕES DEVEM SER REALIZADAS?
Açaí	Baixa produtividade na safra.	A entressafra é o período do ano em que o preço do açaí é mais elevado.	Utilizar técnicas de manejo para aumentar a produção.	Instituto Peabiru, Associações Locais, Beneficiários do PAE.	a) Oficina de manejo de açaizais; b) Unidade Demonstrativa Experimental em área produtivas. c) Acompanhamento/orientação técnica.
	Seca dos frutos do açaí ²	Frequente perda de cachos, fator que influencia na produtividade das áreas.	Aumentar a biodiversidade dos açaizais.		
Mal desenvolvimento de estipes mais novas nas touceiras (amarelidão) em áreas mais baixas (próximas aos rios).					
Pesca	Diminuição do recurso	Acordos locais; Identificar possibilidade de criação de peixe.	As associações devem orientar os acordos para o uso do recurso. Novas técnicas de extrativismo e de criação/manutenção desse recurso deve ser abordado na ATER.		Oficina de Boas Práticas Produtivas – Piscicultura; Orientação individual Visitas técnicas; Reuniões das associações.

² Problema comum em outros PAEs atendidos e já está sendo trabalhada nas Oficinas de Boas Práticas Produtivas. A causa é atribuída a presença de um fungo, de acordo com pesquisa da Embrapa Amazônia Oriental, observamos que a baixa diversidade de espécies florestais potencializa a proliferação do fungo.

Roça	Áreas pouco produtivas.	Entendem que novas técnicas e agricultura mecanizada seriam alternativa de melhoria da produção.	ATER e identificar caminhos possíveis para mecanização da agricultura. Acesso dos agroextrativistas ao Pronaf.	Instituto Peabiru, Associações Locais, Beneficiários do PAE, INCRA.	Visita técnica. Financiamento da produção.
Camarão	1) Menor quantidade.	Os extrativistas percebem a diminuição deste recurso.	Discutir com as famílias que residem ao longo dos rios sobre os principais problemas identificados e suas causas, na tentativa de mitigação. Plano de Educação ambiental.	Associação de moradores; Instituto Peabiru.	Associação local convida os usuários dos recursos naturais (assentados e não assentados) para discutir e propor possibilidades de construção de acordos para uso dos recursos naturais. Uso do Matapi ecológico; Oficina de Boas práticas produtivas – Piscicultura.
	2) Produção de lixo nas casas.	Boa parte do lixo é depositada nos rios e é levado pela água.			
	3) Aumento populacional	Uso dos recursos naturais sem medidas mitigadoras para conservação do mesmo, a não ser o defeso.			
Frutíferas	Potencializar o uso dos recursos. O recurso está sendo descartado.	Os recursos, que já foram usados, no passado, e que fizeram parte da alimentação dos moradores, estão sendo descartados. Esses produtos tem potencial para garantir a segurança alimentar e a geração de renda.	Fortalecer/resgatar a cultura alimentar local; Identificar mercado para escoamento da produção;		Oferecer, durante as oficinas coletivas do ATER, os produtos, no intuito de provocar o reconhecimento dos moradores com a cultura alimentar dos mais antigos; Identificar mercado compradores; Provocar espaços de troca de informação sobre a cultura alimentar local.
Derivados da produção de farinha					

3.3. COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS

Em relação à comercialização, foi citado que as famílias não encontram dificuldades para comercializar os principais produtos. No entanto, identificam que não há escoamento para as frutíferas e oleaginosas, e a produção é abundante. Além do uso local dos derivados da produção de farinha (tucupi, maniva e crueira), a pesar de ter mercado e de ser usada no passado, atualmente esses produtos são descartados.

O principal problema destacado em relação à comercialização, está relacionado às sementes oleaginosas encontradas no PAE: andiroba, murumuru e pracaxí. Apesar de haver riqueza destas na biodiversidade do assentamento, foi citado que a coleta das sementes não é realizada, pois o preço de mercado para venda “in natura” é muito baixo.

Tabela 3: Plano de Comercialização

PROBLEMAS IDENTIFICADOS	JUSTIFICATIVA	ENCAMINHAMENTOS		
		QUAIS SÃO AS AÇÕES NECESSÁRIAS PARA QUE ESTA DEMANDA SEJA SOLUCIONADA?	QUEM DEVE REALIZAR ESTAS AÇÕES?	COMO ESTAS AÇÕES DEVEM SER REALIZADAS?
Frutíferas	Há grande produção, que garante parte da segurança alimentar. A população entende que poderia ser potencializado o uso a partir de beneficiamento para comercialização.	Capacitação sobre beneficiamento das frutíferas; envolver jovens e mulheres; identificar vias de escoamento para geração de renda desses grupos.	Instituto Peabiru, Associações locais, Assentados, SENAR, SENAI, SEBRAE.	Envolver SENAR e SENAI em estratégias de capacitação. Envolver o SEBRAE para acompanhamento de atividades empreendedoras. Identificar vias de escoamento; envolver jovens e mulheres em atividades empreendedoras usando as oleaginosas como produto.
Oleaginosas	Não há canais efetivos para o escoamento.	Grande parte da produção não é usado por não ter canais de escoamento.		

4. AVALIAÇÃO DA OFICINA

Em relação à avaliação da atividade, consideram a atividade como boa, pois acharam interessante discutir sobre os problemas existentes nas três comunidades, e puderam observar que eles próprios sabem a resposta, e que em alguns casos para resolvê-los necessitam apenas fazer algumas mudanças de hábito.

Não obstante, as famílias anseiam por atividades mais práticas, assim como saber a possibilidade de acesso a crédito. As famílias também cobram o acesso ao Fomento Mulher, visto que sabem da existência do mesmo e desejam obtê-lo.

Além disso, os participantes questionaram o fato de todas as atividades serem direcionadas apenas para os beneficiários da reforma agrária, já que no PAE há moradores que não são beneficiários e, os assentados entendem que todos tem direito de participar, inclusive pro ser mais eficaz para o direcionamento e implementação das ações práticas.

A equipe do Peabiru informou que não há impedimento, nas atividades coletivas, para participação de moradores que não estão em RB, mas que, realmente, a assistência técnica esta pensada e planejada para atender os beneficiários.

5. CONCLUSÃO

Em muitos aspectos a demanda real dos assentados está relacionada a acesso aos direitos básicos como educação formal, saneamento, saúde, transporte. Questão direcionada, neste plano, a organização social que representa os moradores. Estratégia para que a equipe técnica funcione como mediador das demandas e fortaleça a relação das lideranças locais com as instituições de interesse.

Em relação às atividades produtivas, o manejo do açaí e atividades agrícolas, são as maiores demandas dos agroextrativistas, pois apresentam alguns problemas que as famílias não conseguem solucionar, por falta de orientação técnica.

Além disso, o potencial de uso dos recursos não está sendo eficiente, já que muitas frutíferas e produtos derivados da roça de mandioca estão sendo descartados.

Sobre a comercialização, observou-se que as famílias não encontram problemas em repassar os principais produtos do extrativismo, visto que os mesmos conseguem vender a produção e não se sentem explorados pelo atravessador, muito importante para as famílias que não possuem embarcações.

Ademais, podemos avaliar que para realidade do PAE, o excesso de dias de reunião gera desconforto aos assentados.

Os assentados tem urgência de informações mais concretas sobre acesso às políticas públicas para agricultura familiar.

6. REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Valdelira Lia Araújo FERNANDES, V. L. A; VICENTINI, R. N.; BATISTA, V. da S. **Caracterização do uso de malhadeiras pela frota pesqueira que desembarca em Manaus e Manacapuru Amazonas.** Acta Amazônica. vol. 39(2) 2009: 405 – 414.

GOMES, J. C. C. **As técnicas participativas na pesquisa agrícola: fundamentos teóricos e algumas dificuldades práticas.** In: Markus Brose. (Org.). Metodologia Participativa - Uma introdução a 29 instrumentos. 1 ed. Porto Alegre: Tomo Editorial Ltda, 2001, v. 1, p. 287-294.

VERDEJO, M. E. **Diagnóstico Rural Participativo: Um guia prático.** Revisão e Adaptação: Décio Cotrim e Ladjane Ramos, Secretaria da Agricultura Familiar, Ministério do Desenvolvimento Agrário. Gráfica da ASCAR – EMATER-RS. 2006. 62p.